

3 Teoria Gerativa e Aquisição de Linguagem

3.1 A gramática universal na aquisição de língua materna

De acordo com o programa de investigação da gramática gerativa, a Linguística é vista como uma ciência natural que tem como objeto de estudo a faculdade da linguagem que se caracteriza como a componente da mente/cérebro dedicada exclusivamente à linguagem humana. O estado inicial da faculdade da linguagem (S_0) é a Gramática Universal (GU) e o seu estado final (S_s “*Steady State*”) é a gramática do indivíduo adulto. A GU é entendida como contendo princípios linguísticos geneticamente determinados e específicos à espécie humana, (CHOMSKY 1965, 1981; PINKER 1984, 1994) que tornam possível ao aprendiz de L1 chegar à gramática da sua língua com base na experiência linguística a que está exposto.

Na teoria da Gramática Universal, postula-se que princípios e parâmetros constituem a faculdade inata que faz com que a aquisição da linguagem seja possível para a espécie humana. Um princípio importante dessa teoria é que, embora possa haver interação entre a faculdade da

linguagem com outros módulos do sistema cognitivo, esta faculdade é autônoma, no sentido de que o seu funcionamento e a sua estrutura são concebidos como independentes de outros módulos da mente/cérebro.

A faculdade da linguagem é vista como uma componente biologicamente determinada que compreende um conjunto de princípios inatos, universais e invariantes, aos quais estão associados parâmetros específicos.

A GU consiste de um sistema de princípios altamente estruturado e restritivo com certos parâmetros abertos a serem fixados através da experiência. À medida que esses parâmetros são fixados, uma gramática é estabelecida, o que podemos chamar de ‘core grammar’ (CHOMSKY, 1980, p.38)³⁷.

Nessa teoria, o papel dos princípios é o de restringir as gramáticas do aprendiz a um conjunto de línguas humanas possíveis, o que explicaria as semelhanças entre as línguas naturais. E o papel dos parâmetros, uma espécie de “comutadores linguísticos”, cujo valor final é determinado no processo de aquisição, é explicar a variação sintática entre as línguas.

Assim, a aquisição, nessa teoria, trabalha com a hipótese de que a criança detém um estado de conhecimento anterior a qualquer experiência linguística. Essa hipótese justifica-se com base no fato de que o conhecimento da gramática envolve o domínio de um sistema altamente complexo que emerge num curto período de tempo e se desenvolve com grande facilidade, rapidez e uniformidade num ambiente de dados considerados deficientes.

³⁷ “UG consists of a highly structured and restrictive system of principles with certain open parameters, to be fixed by experience. As these parameters are fixed, a grammar is determined, what we may call a ‘core grammar’.” Chomsky (1980, p.38).

A criança é capaz de compreender e produzir sentenças às quais nunca esteve exposta antes. O conhecimento adquirido faz com que ela seja capaz de desenvolver uma linguagem que contém um número infinito de sentenças, apesar de ter sido exposta a um número reduzido e cheio de imperfeições. Isso significa dizer que o conhecimento adquirido pela criança representa muito mais do que aquele presente no *input* ao qual ela foi exposta.

A partir dos dados lingüísticos primários (DLPs), a criança é capaz de determinar a forma que a gramática da sua língua deverá ter. Quando ela é exposta ao *input*, um léxico específico da língua é formado e os parâmetros da GU são marcados com os valores apropriados para a língua em questão. No tempo devido, a criança chega à gramática estável da sua L1.

As mudanças na definição da GU estão relacionadas ao desenvolvimento da teoria lingüística. Entretanto, independentemente da forma como a GU é concebida, existe a compreensão entre os gerativistas de que determinadas propriedades da linguagem são abstratas demais e complexas demais para serem adquiridas apenas com base no *input*, isto é, sem que se assumam algumas restrições inatas e especificamente lingüísticas na aquisição da gramática de uma língua.

3.1.1 O inatismo

Vários são os argumentos utilizados na defesa de uma base biológica na aquisição de L1 (CHOMSKY, 1959, 1965, 1981, 1986; PINKER, 1994):

- a) a capacidade para a linguagem é específica da espécie humana;

- b) a habilidade para a aquisição de língua independe da inteligência;
- c) a aquisição é *uniforme* – todas as crianças com habilidades normais têm o mesmo potencial para a aquisição de uma língua nativa: o padrão de aquisição é relativamente uniforme entre crianças diferentes, culturas diferentes e línguas diferentes; isso significa dizer que qualquer criança é capaz de aprender qualquer língua como língua nativa, bastando, para tanto, que seja exposta aos dados dessa língua;
- d) a aquisição é *rápida* – a criança geralmente adquire as estruturas mais importantes de sua língua por volta dos três anos de idade, o seu percurso é semelhante de língua para língua, e o resultado final é estável para todos os seres humanos;
- e) e não exige nenhum *esforço* – a criança não precisa de nenhum programa específico para a aprendizagem de uma língua, mas tão-somente de interação com falantes nativos e exposição aos dados da língua. Além disso, a rapidez e a criatividade com que ela constrói a sua gramática não podem ser explicadas com base apenas no *input* a que tem acesso.

Todas essas características são, portanto, consistentes com a visão de que os mecanismos responsáveis pela construção de gramáticas são inatos.

3.1.2 GU e a TPP

A teoria gerativista, principalmente a partir da abordagem de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1980, 1981, 1982 e 1986), tem sido

instrumento de análise relevante para explicar a aquisição de linguagem. Ao contrário das propostas anteriores³⁸, a Teoria de Princípios e Parâmetros (TPP) nega a necessidade de aprender todas as regras de uma língua e postula a existência de um conjunto de princípios inatos, universais e invariantes presentes em todas as línguas naturais.

Como já dissemos anteriormente, de acordo com a TPP, para Chomsky (1981, 1982, 1986), a GU compreende um conjunto de princípios inatos universais, invariáveis, aos quais estão associados parâmetros, definidos como uma espécie de “comutadores lingüísticos” cujo valor final <+> ou <-> só é atingido durante o processo de aquisição através da sua fixação numa das posições possíveis, com base no *input* que a criança recebe da sua comunidade.

Desta forma, para a construção da gramática de uma dada língua, a criança faz uso dos princípios universais e dos dados de sua experiência lingüística, o que lhe permitirá decidir qual valor atribuir a um determinado parâmetro. Vejamos, a esse respeito, o que diz Raposo (1992, p.55):

Quando todos os parâmetros estão ligados num desses valores, a criança já tem adquirido um sistema complexo de conexões entre os princípios universais rígidos e os parâmetros, o qual determina de um modo altamente específico as propriedades de cada língua particular. A aquisição é assim completamente identificada com o crescimento e a maturação da Gramática Universal, que passa de um estado apenas parcialmente especificado (com parâmetros por fixar) a um estado completamente especificado (com os parâmetros fixados).

³⁸ O primeiro momento da teoria gerativa - Modelo Padrão (CHOMSKY, 1965) – é caracterizado pela presença de regras sintagmáticas, regras de inserção lexical e regras transformacionais. Nesse Modelo, a criança deveria aprender as regras de sua língua materna. O segundo momento – Modelo Padrão Estendido (CHOMSKY, 1973) – caracteriza-se por apresentar restrições às regras e representações.

Sabendo-se que a gramática de cada língua contém um léxico específico e um conjunto de regras lexicais, a tarefa da criança quando da aquisição de sua língua materna consiste, em primeiro lugar, em aprender as formas lexicais da língua com suas propriedades fonológicas, sintáticas e semânticas determinadas pelo dicionário mental; e, em segundo lugar, em fixar os parâmetros da GU que têm relevância na língua que está sendo adquirida. Quando todos os valores dos parâmetros estão selecionados, pode-se dizer que a criança adquiriu a gramática nuclear (*core grammar*) de uma língua, o que quer dizer que ela passou a dominar um sistema de relações entre princípios rígidos e parâmetros variáveis. Dessa forma, a aquisição da língua materna coincide com a transformação da GU, que passa de um estado apenas parcialmente especificado (com parâmetros por fixar) para um estado totalmente especificado (com parâmetros já fixados).

Podemos ilustrar esse processo considerando um dos parâmetros mais discutidos na literatura gerativista, o chamado “Parâmetro do Sujeito Nulo”, diretamente envolvido neste estudo. Existe na GU um princípio rígido que determina a existência da posição de sujeito nas orações das línguas humanas (*Extended Projection Principle - EPP*). A GU, no entanto, não determina que essa posição seja necessariamente preenchida por um NP com conteúdo fonético. Em relação ao NP pronominal, propôs-se, inicialmente (CHOMSKY 1981, 1982, RIZZI 1982, 1986, entre outros), que em línguas de sujeito nulo ou *pro-drop*, como o português europeu, o italiano e o espanhol, é possível deixar essa posição vazia³⁹:

(63) a. (Yo) hablo español

b. (Io) parlo italiano

³⁹ Isso não significa, no entanto, que em línguas de sujeito nulo todos os pronomes devam ser nulos. É possível a ocorrência de sujeitos pronominais nulos e preenchidos em contextos distintos.

c. (Eu) falo português

Em línguas como o inglês ou o francês, conhecidas como línguas não-*pro-drop*, a posição de sujeito deve ser preenchida foneticamente:

(64) a. **I** went to the movies yesterday.

b. **Je** suis allé au cinéma hier.

Mas, como vimos no item 2.6, neste estudo vamos supor que o que define as línguas quanto a serem (+sujeito nulo) ou (-sujeito nulo) é a distribuição dos pronomes fortes e fracos, incluindo, nestes últimos, flexão de concordância (*Agr*) pronominal (KATO, 1999a,b), mais de acordo com a visão de que parâmetros estão relacionados aos itens lexicais, no caso os pronominais.

Assim, a criança pode escolher o tipo de realização dos pronomes fracos entre a) afixos pronominais (línguas de sujeito nulo); b) clíticos (línguas como os dialetos do norte da Itália) e c) pronomes livres (como o inglês e o alemão)⁴⁰. Essa escolha é feita com base nos dados lingüísticos primários, ou seja, com base no que a criança ouve. Por exemplo, espera-se que uma criança que esteja exposta aos dados de uma língua como italiano, espanhol ou português europeu não tenha dificuldade em fixar o parâmetro na posição [+] *pro-drop*, ao ouvir expressões como em (63).

O papel da criança na aquisição da linguagem passa a ser, então, o de fixar os valores dos parâmetros para a língua específica a ser adquirida por ela. A interação entre os parâmetros fixados e os princípios universais resulta na aquisição de uma gramática nuclear de uma dada língua.

⁴⁰ Alguns parâmetros poderiam envolver uma escolha ternária, como nesse caso, ou então o afixo e o clítico formarem uma das escolhas digitais antes da seleção final.

De acordo com a TPP, portanto, os parâmetros são fixados com base na língua a que a criança está exposta. Dessa perspectiva, num estado inicial de aquisição da linguagem, haveria duas possibilidades para a posição de um parâmetro encontrar-se ligado: numa posição neutra⁴¹ que independe das duas posições possíveis ((+) e (-)) em que um parâmetro pode ser fixado, e numa posição não-marcada ou *default*, proposta que assumimos neste estudo.

Dessa forma, quando o parâmetro encontra-se numa posição não-marcada no estado inicial da aquisição, supondo que a criança inicia o processo de aquisição com o valor do parâmetro do sujeito nulo fixado na posição não-*pro-drop*, teremos o seguinte: Se a criança cresce numa comunidade em que se fala italiano (língua de sujeito nulo), ela terá acesso a evidências positivas que contradizem a fixação original do parâmetro. Com base nessas evidências, a criança muda o valor inicial do parâmetro para a posição *pro-drop*. Se, no entanto, a criança cresce numa comunidade onde se fala inglês (língua que não permite sujeito nulo), ela não precisa alterar o valor inicial do parâmetro, já que no seu ambiente lingüístico não existem dados positivos que a forcem a uma mudança do valor previamente fixado.

Resta ver, nessa perspectiva, o que considerar como o valor *default*. Como vimos no item 2.2, o tipo *pro-drop* necessita de uma subparametrização, consistindo o tipo italiano num dos tipos e o chinês no outro, analisado em Kato (2000, 2001) como o tipo uni-pessoal.

⁴¹ Se o parâmetro se encontra em posição neutra, podemos supor o seguinte: se línguas como o espanhol e italiano que permitem a ausência de sujeitos na sua estrutura superficial têm sido referidas como línguas de sujeito nulo (ou línguas [+*pro-drop*]), uma criança que estiver exposta a uma destas línguas, marcará o parâmetro para essa língua, tomando como base apenas informação positiva (construções sem sujeito fonético); se, por outro lado, línguas como o inglês e o francês exigem a presença de sujeito foneticamente realizado e são tidas como línguas [-*pro-drop*], uma criança que estiver exposta a uma dessas línguas marcará o parâmetro para essa língua, usando como evidência positiva, para essa marcação, por exemplo, a existência de expletivos do tipo *there* e *it*.

Nesse estudo, o que estamos considerando como valor *default* é o *pro-drop* com flexão verbal uni-pessoal⁴². Para a Kato, portanto, a criança começa com uma gramática uni-pessoal⁴³ e, diante de evidência positiva (pronominais fracos: livres, clíticos ou afixos), passa para um sistema pluripessoal, que pode ser *+pro-drop* pluripessoal (italiano) ou *-pro-drop* pluripessoal (alemão, inglês). Na ausência de dados positivos, a criança aprendendo japonês ou chinês manterá o valor *+pro-drop* uni-pessoal.

3.1.3 A marcação de parâmetros

No que tange à marcação paramétrica, dentro da proposta do modelo de princípios e parâmetros há duas hipóteses que tratam da fixação de parâmetros pela criança de modos distintos: de um lado a Hipótese Maturacional e de outro a Hipótese da Continuidade.

A pressuposição básica da Hipótese Maturacional, na formulação de Borer e Wexler (1987), é de que certos princípios maturam, ou seja, os princípios não estão disponíveis em certos estágios iniciais de desenvolvimento da criança, só se tornando disponíveis em um estágio posterior. Vejamos, a esse respeito, o que afirmam os autores:

It is well-known that many aspects of the brain mature after birth. On the assumption that linguistic properties are situated in the brain, it is quite plausible that linguistic properties mature (BORER e WEXLER, 1987, p.124).

Para Borer e Wexler (1987), o aprendiz começa dispondo de certos aspectos da competência gramatical e vai acrescentando outros com

⁴² Para Kato (2000), o sistema uni-pessoal é necessariamente *pro-drop*, com a identificação sendo feita externamente por um antecedente no discurso ou no texto.

⁴³ Hyams (1992) também propõe que o chinês é o valor *default*, mas não desenvolve, como Kato, uma teoria sobre a propriedade uni-pessoal desse tipo de língua.

o passar do tempo. A aquisição de novas habilidades lingüísticas em combinação com os princípios de que a criança já dispõe permite a reinterpretação de dados anteriores e, assim, ela passa de uma forma da gramática a outra. Uma vez que a criança não dispõe de todos os princípios da GU, como advoga esta hipótese (FELIX, 1987; BORER e WEXLER, 1987), entende-se que a produção infantil inicial não seja restringida pelos mecanismos da GU, o que faz emergirem estruturas não autorizadas pela GU, dando origem a um tipo de gramática ilegal ou “wild”, como normalmente referida. Já que esta hipótese está vinculada à maturação biológica, não cabe considerá-la no caso de aquisição de L2 por adulto.

Uma versão mais fraca da hipótese maturacional pressupõe que as produções lingüísticas nos vários estágios da aquisição constituem gramáticas possíveis do ponto de vista da GU, ou seja, não há lugar para gramáticas ilegais. Nessa visão, os princípios da GU estão disponíveis para a criança desde o início da aquisição, sendo as categorias funcionais os elementos que dependem de um processo de aquisição, que se desenvolve segundo um programa determinado pela GU (cf. RADFORD, 1990; GUILFOYLE e NOONAN, 1988). Essa visão tem sido denominada Teoria do Truncamento⁴⁴.

A hipótese da continuidade, por outro lado, postula que a criança apresenta, desde o início, uma estrutura que se conforma com os princípios que regem a gramática do adulto (HYAMS, 1986, 1987, 1989 e 1992; CLAHZEN, 1989, entre outros). Em virtude da hipótese de que toda produção da criança deriva de possibilidades autorizadas pela GU, a

⁴⁴ Conforme Radford (1990) – um dos proponentes radicais da Hipótese do Truncamento – as primeiras realizações de crianças com idade entre 12 e 18 meses são consideradas acategoriais. Para o autor, nessa fase que compreende o estágio de uma palavra, as produções da criança não têm propriedades sintáticas. Num estágio posterior, (18-24 meses), caracterizado como pré-funcional, as estruturas produzidas pelas crianças mostram evidências de desenvolvimento de sistemas de categorias lexicais, mas nenhuma evidência de sistemas de categorias funcionais. Postula que a fala da criança, no estágio pré-funcional, é equivalente às *Small Clauses* (mini-orações) dos adultos por não possuir o sistema CP.

hipótese da continuidade trabalha com a idéia de que, no início da aquisição, os parâmetros estão marcados na GU com uma opção *default* (cf. HYAMS, 1986). Essa idéia é fundamental para esta hipótese, a fim de garantir que a criança seja capaz de atuação lingüística exclusivamente dentro das opções da GU, mesmo antes de identificar qual escolha é adequada como parâmetro na sua língua. A opção *default* é necessariamente anterior a qualquer experiência lingüística e é programada já no mecanismo de aquisição para garantir um comportamento que não viole as regras da GU. No caso do Parâmetro *Pro-drop*, o sujeito nulo foi considerado a opção *default* (HYAMS, 1986).

Ao contrário do que foi proposto por Radford (1990), Poeppel e Wexler (1993) e Deprez e Pierce (1993) advogam que crianças muito cedo conseguem distinguir entre o infinitivo e as formas finitas do verbo. Deprez e Pierce (1993) postulam que crianças francesas de 1;8:1⁴⁵ a 2;2:2⁴⁶ de idade fazem distinção entre as formas finitas e o infinitivo dos verbos, com relação à posição de negação. Poeppel e Wexler (1993), analisando produções de crianças alemãs de 25 meses perceberam, em quase todos os casos, que a criança colocava o verbo flexionado na posição correta V2 e o infinitivo na posição correta de final de sentença.

Ainda, contradizendo Radford, autores como Wexler e Pierce, na linha continuísta, argumentam que, no estágio em que a criança é capaz de produzir seqüências de duas palavras, considerado por esse autor como pré-funcional, ela terá a estrutura clausal mínima de um adulto em qualquer língua. Comentando tais autores, Kato afirma:

Na visão dos continuístas, a aparente fase léxico-temática oculta categorias funcionais, visíveis em certas regularidades na produção da criança. Assim, vimos que, no francês o verbo sobe para a categoria I (Flexão) quando a

⁴⁵ Leia-se: 1 ano, 8 meses e 1 semana

⁴⁶ Leia-se: 2 anos, 2 meses e 2 semanas

sentença é finita e permanece em VP quando o modo é infinitivo. A diferença de posição da negação seria então uma pista para dizer se há ou não a categoria I na gramática da criança. A alternância entre “pas manger” e “mange pas” na fala da criança é indicio da presença de I na estrutura (KATO, 1995b, p.70).

Para Kato, (1999b), embora os enunciados da criança possam ser truncados, a sua gramática, em todas as fases, é uma gramática das línguas naturais. Partindo da perspectiva Minimalista, a autora propõe que

[...] a criança seria guiada pelos Princípios de Economia. Antes de aprender a natureza da morfologia, a criança iniciaria com o valor do parâmetro mais econômico, com a morfologia tanto verbal quanto nominal presumidas fracas, o que explicaria as formas produzidas na fase que os maturacionistas como Radford, Lebeaux e Guilfoyle e Noonan chamaram de Léxico-temática. Não haveria nem subida de verbo e nem subida de NPs, permanecendo tudo dentro da projeção lexical do verbo. Mas o fato de não haver movimentos na sintaxe visível não exclui a possibilidade da existência do esqueleto funcional, onde os elementos poderiam ter seus traços checados em FL. O “default” seria, portanto, de ausência de traço forte nos diversos núcleos funcionais. (Kato, 1999b, p.15).

Vários trabalhos sobre variação paramétrica e fixação de parâmetros (HYAMS 1986; ROEPER e WILLIAMS, 1987; CHOMSKY 1988; JAEGGLI E SAFIR 1989) têm chamado a atenção para a inter-relação de diferentes fenômenos sintáticos em termos de um único parâmetro (*clustering*). Tem sido assumido que um único fenômeno é suficiente para desencadear a fixação de um determinado parâmetro. Por exemplo, a emergência de sujeitos expletivos do tipo *it*, *there* na aquisição de L1 pela criança desencadearia a fixação do valor [-] sujeito nulo para o parâmetro *pro-drop* do inglês (HYAMS, 1986). Para as línguas de sujeito nulo prototípicas, do tipo italiano, Cyrino, Duarte e Kato (2000) propõem, com

base numa escala de hierarquia referencial⁴⁷, que a presença de pronomes nulos de primeira e segunda pessoas no *input* seria suficiente para desencadear o valor [+] sujeito nulo para essas línguas⁴⁸.

Da mesma forma tem-se assumido que um dado conjunto de fenômenos sintáticos superficialmente não-relacionados (JAEGGLI e SAFIR, 1989) pode ser interpretado como diagnóstico para a fixação de um determinado parâmetro. Por exemplo, vimos que alguns autores assumem que o parâmetro do sujeito nulo é marcado positivamente para línguas como o italiano e espanhol que permitem sujeitos nulos, e que possuem flexão verbal rica capaz de identificar o sujeito através da concordância⁴⁹.

Em princípio, à marcação positiva do parâmetro está vinculado não apenas o sujeito nulo, mas também construções *that trace* que constituem uma violação em línguas que não permitem sujeitos nulos, como o inglês, por exemplo, e que são verificadas em línguas de sujeito nulo. Como o fenômeno *that trace* é uma variação sistemática que não poderia ser ensinada, tem-se assumido que esse fenômeno é uma consequência da fixação do parâmetro do sujeito nulo. Para Jaeggli e Safir (1989, p.8), a assunção crucial é que qualquer generalização lingüisticamente significativa que não possa ser aprendida com base em evidência positiva deve pertencer à GU. A idéia subjacente a essa proposta de parâmetros é que, dessa forma, a tarefa da aquisição da linguagem torna-se mais fácil.

⁴⁷ Para as autoras, a referencialidade tem grande relevância no que concerne à pronominalização lexical ou nula nas línguas. A hierarquia referencial tem os argumentos [+N +humano] na posição mais alta na hierarquia. Por serem inerentemente humanos, os pronomes (eu) e (você) ocupam a posição mais alta na escala hierárquica e a terceira pessoa ocupa a posição mais baixa. Propõem que uma variante nula num ponto específico da escala implica variantes nulas à sua esquerda na hierarquia referencial.

⁴⁸ Deve-se acrescentar aqui que estes sujeitos nulos devem poder ocorrer em posição não inicial absoluta para não serem interpretados como "topic-drop" possível em línguas como o inglês (HAEGEMAN, 1990).

⁴⁹ Podemos dizer que esse é apenas um sub-tipo do parâmetro *pro-drop*, pois o chinês e o japonês não têm flexão e são línguas *pro-drop*.

O conjunto de fenômenos sintáticos relacionados a um mesmo parâmetro, característica presente no processo de aquisição de L1 e na gramática do adulto, é, portanto, considerado como diagnóstico de GU no modelo de Princípios e Parâmetros. O papel desempenhado pela fixação de parâmetros aliado ao conjunto de fenômenos sintáticos superficialmente não relacionados na aquisição da linguagem é substancial no modelo de Princípios e Parâmetros, levando à concepção de que a tarefa mais importante do aprendiz de L2 deve ser a refixação dos valores dos parâmetros de GU.

Contudo, a presença da GU por si só não é capaz de resolver todos os problemas da aquisição da gramática. No âmbito da abordagem TPP, os valores atribuídos aos parâmetros acabam por formar uma dimensão da GU que não tem motivação interna e que, por esse motivo, está submetida a condições extra-gramaticais que delimitam as hipóteses logicamente possíveis sobre as propriedades paramétricas.

Nesse modelo, os princípios universais e os parâmetros são entendidos como restrições da mesma natureza. A diferença estaria no grau de liberdade que eles permitem. Uma teoria explicativa deve indicar uma lógica inerente para a existência e as propriedades dos diferentes parâmetros. Nesse sentido, o componente parametrizado da TPP é pouco estruturado, já que tanto os princípios de aprendizagem quanto as condições de boa formação representam delimitações extra-gramaticais. Assim, o conjunto dos parâmetros possíveis precisa de uma fundamentação interna para que se possa chegar a uma compreensão mais profunda da estrutura de uma língua.

A partir da década de 90 vários trabalhos teóricos são desenvolvidos objetivando ultrapassar as imperfeições do modelo em questão, assim como estabelecer uma abordagem da estrutura lógica da

GU que imponha rígidas exigências gramaticais ao conjunto dos parâmetros possíveis das línguas naturais (OUHALLA 1991).

Na abordagem mais recente da TPP, conhecida como Programa Minimalista (CHOMSKY 1989, 1993, 1995 e 2000; EPSTEIN e HORNSTEIN, 1999; HORNSTEIN, 2000; KAYNE 2000; OUHALLA, 1999), os princípios universais da GU encontram-se em um componente separado das opções paramétricas. Os parâmetros são encontrados em um componente funcional denominado de “léxico da gramática universal” (SMITH e TSIMPLI 1995). Este contém as categorias funcionais C, AGR e D e, talvez, algumas outras⁵⁰. Pressupõe-se que a exposição aos DLPs⁵¹ desencadeia a aquisição das propriedades morfofonológicas das categorias funcionais e, ao mesmo tempo, detona a fixação dos valores paramétricos que são codificados nos verbetes das categorias C, AGR, ou D. As diferenças paramétricas entre as gramáticas, portanto, estão associadas às propriedades de um subgrupo dos itens lexicais, as chamadas categorias funcionais. White (2003, p.10) considera três fontes potenciais de variação interlingüística relacionadas às categorias funcionais:

Languages can differ as to which functional categories are realized in the grammar. On some account, for example, Japanese lacks the category Det (FUKUI and SPEAS 1986).

The features of a particular functional category can vary from language to language. For instance, French has a gender feature, while English does not.

Features are said to vary in strength: a feature can be strong in one language and weak in another, with a range of syntactic consequences. For example, Infl features are strong in French and weak in English (...), resulting in certain word-order alternations between the two languages.

⁵⁰ C = complementizer
AGR = agreement
D = determiner

⁵¹ DLPs : Dados Lingüísticos Primários

Resumindo, podemos dizer que a GU representa o estado inicial (So) do conhecimento lingüístico inato e compreende, por um lado, princípios universais invariantes responsáveis por definir os limites das gramáticas das línguas naturais e, por outro, parâmetros que vão determinar a variação entre as línguas. As categorias funcionais dão origem às opções paramétricas e, com seus morfemas gramaticais e palavras funcionais, constituem a “cola sintática” que permite a combinação das categorias lexicais (HERSCHENSOHN, 2000). A partir da interação entre GU e os DLPs à disposição da criança, esta adquire as propriedades do léxico da sua língua materna, estabelece a configuração paramétrica adequada à gramática nuclear dessa língua e, conseqüentemente, adquire a competência perfeita do falante nativo.

Consideramos como categoria funcional relevante para o parâmetro estudado, o parâmetro do sujeito nulo, a categoria D que, quando pronominal, pode ser um pronome livre, um clítico ou um afixo (KATO, 1999a).

3.2. Acesso à GU na aquisição de segunda língua (L2)

Mostramos, na seção 3.1, que a GU é vista como um sistema de princípios e parâmetros que impõe restrições às gramáticas quando da aquisição de L1 e à gramática do indivíduo adulto.

Vários fatores corroboram a visão de que o conhecimento de uma L2 é constrangido pelos princípios da GU: sistematicidade da interlíngua⁵², habilidade comparada à de falantes nativos, e pobreza de estímulo. Em primeiro lugar, a gramática da interlíngua, segundo Selinker (1972), é

⁵² A gramática intermediária do aprendiz de segunda língua.

sistemática, isto é, regida por regras, e não necessariamente determinada pela L1 ou L2. Essa gramática pode possuir traços da L1 e da L2 ou de nenhuma delas. Mesmo não apresentando traços de L1 e/ou L2, essa gramática se conforma com as restrições universais sobre a língua, ou seja, é uma gramática prevista por GU.

Em segundo lugar, falantes de segunda língua em estágio avançado de aprendizagem atingem um nível de competência comparável ao de falantes nativos (BIRDSONG, 1992). Em terceiro lugar, aprendizes de L2 adquirem conhecimento que vai além do *input* a que têm acesso, que não é ensinado e que não é transferido da sua L1, como por exemplo, o valor de um parâmetro que é diferente do da sua L1.

Levando em conta esses fatos, somos levados a acreditar que o processo pelo qual a criança passa quando da aquisição de uma L1 seja, de alguma forma, semelhante ao processo que guia a aquisição de uma L2. O que significa dizer que os mesmos princípios que restringem a aquisição de L1, possivelmente restringem a aquisição de L2, apesar do fato de o aprendiz de L2 já possuir uma gramática.

Segundo Epstein et al. (1996), o acesso à GU por aprendizes de L2 está diretamente ligado ao que se entende por relação entre GU e as gramáticas nucleares. Se a fixação dos parâmetros durante a aquisição de L1 muda o estado inicial da GU, as relações subseqüentes entre GU e a gramática da L2 serão necessariamente mediadas pela gramática nuclear da L1. Se, por outro lado, a fixação de parâmetros consiste em incorporar, em cada estágio da gramática, a opção da GU que se conforma com os dados aos quais a criança está exposta, então a forma básica de GU não muda. Nessa possibilidade, GU é, portanto, concebida como o módulo cognitivo que restringe a construção da gramática durante a aquisição, mas que continua constante durante esse processo.

Um argumento a favor dessa última concepção de GU, segundo o autor, vem da aquisição de linguagem por crianças bilíngües. Nesse caso, a tarefa do aprendiz é a de construir gramáticas nucleares que exigem duas formas diferentes de marcação de parâmetro para o mesmo princípio. Nessa situação, portanto, ficaria difícil manter a hipótese de que a fixação do parâmetro transforma totalmente as opções fornecidas pela GU e torna as opções paramétricas não selecionadas indisponíveis.

[...] precisamos de um modelo em que a forma de GU não seja alterada através da marcação de parâmetros, mas um modelo em que os valores paramétricos não instanciados permaneçam disponíveis pelo menos para a aquisição de linguagem pela criança (EPSTEIN et al. 1996, p. 679).

Essa é também a posição de Roeper (1999), no seu artigo *Bilingüismo Universal*, que examinaremos na seção (3.5).

É natural que as mudanças sucessivas na concepção de GU produziram diferentes interpretações na questão do acesso à GU no contexto de aquisição de L2. De um lado, discute-se a questão do acesso *vs* não acesso à GU. De outro lado, discute-se a natureza do estado inicial para a aquisição de L2. Exporemos, a seguir, algumas das diferentes posições teóricas com relação ao papel da GU na aquisição de segunda língua.

3.2.1 Hipótese do acesso nulo

De acordo com os defensores da Hipótese do Acesso Nulo, a aquisição de primeira e de segunda língua são processos cognitivos completamente distintos, ou seja, enquanto o processo de aquisição de L1 é guiado por GU, nenhum aspecto da GU interfere na aquisição de L2.

Bley-Vroman (1989), por exemplo, argumenta que o adulto aprendiz de L2 não tem acesso à GU. Afirma que há diferenças na aquisição de L2 e L1, pois, o Dispositivo de Aquisição de Linguagem (“*language acquisition device*” (LAD), cf. Chomsky, (1981) não é mais operante depois da puberdade.

Para o autor, ao contrário do que ocorre com a L1, a aprendizagem de uma L2 nem sempre é bem sucedida, isto é, o conhecimento adquirido pelos falantes não é uniforme em uma mesma comunidade lingüística, há sensibilidade a fatores afetivos como, por exemplo, motivação e atitudes, e há interferência de instrução formal e evidência negativa. Por essa razão, a aquisição se dá através do conhecimento da L1 e também de estratégias de resolução de problemas. A essa proposta ele chama de Hipótese da Diferença Fundamental (HDF) segundo a qual a diferença entre a aquisição de L1 e L2 é “interna, lingüística e qualitativa” (p. 50)⁵³.

Outra formulação da hipótese do acesso nulo é apresentada por Clahsen e Muysken (1986) e Clahsen (1988) em estudos que comparam o desenvolvimento da ordem de palavras na aquisição do alemão como L1 e L2. Esses autores argumentam que a gramática da criança é constrangida por GU, mas não a do adulto. Para Clahsen e Muysken (1996) a aprendizagem de segunda língua pode ser entendida como outro tipo qualquer de aprendizagem humana que não seja guiado pelos princípios de GU, como por exemplo, a aprendizagem de linguagens computacionais, rituais de dança ou formas literárias. Para esses autores,

⁵³ É interna, no sentido de ter como causa diferenças no estado cognitivo interno de adultos *versus* crianças, e não em alguns fatores externos como, por exemplo, *input* insuficiente; além disso, é lingüística porque tem como causa a mudança da faculdade de linguagem especificamente, e não a mudança geral na habilidade de aprender; por fim, é qualitativa, e não apenas quantitativa, já que para a aquisição de L2 o sistema de aquisição de domínio específico não é apenas atenuado, mas encontra-se indisponível.

adultos aprendizes de L2 perderam as opções paramétricas que não são instanciadas em sua língua materna. (...) a diferença entre o desenvolvimento de L1 e L2 é real e fundamental: opções paramétricas especificadas na GU são acessíveis aos aprendizes de L1, mas não aos aprendizes adultos de L2 (CLAHSEN e MUYSKEN, 1996, p.722).

Meisel (1997), comparando a aquisição da negação em língua materna com a aquisição do mesmo fenômeno, por adultos, em L2, sugere que os aprendizes de L2 precisam recorrer a estratégias de observação das seqüências lineares para produção e, portanto, não têm acesso à GU da mesma forma que as crianças, posição que ele reformula posteriormente, como veremos.

3.2.2 Hipótese do período crítico

A diferença adulto/criança está intimamente ligada à Hipótese do Período Crítico – *Critical Period Hypothesis* (LENNEBERG 1967) – que propõe ser a aquisição de primeira língua biologicamente determinada para ser inevitável e cronologicamente limitada a um período crítico durante a infância. O autor defende a existência de um período crítico para o desenvolvimento da linguagem que compreende o período dos dois aos doze anos de idade. Propõe que a lateralização do cérebro é a razão principal da perda da capacidade de aquisição da linguagem na puberdade, com definitiva especialização do hemisfério esquerdo para as funções de linguagem.

Vários estudos, por exemplo, Krashen (1973) e Snow (1987), desafiam a hipótese do período crítico da forma como foi concebida originalmente por Lenneberg (1967). As críticas dizem respeito, principalmente, à afirmação do autor de que a especialização de um hemisfério cerebral para a função lingüística culmina na puberdade.

Segundo Snow (1987), as evidências falam a favor da presença de um substrato biológico para a linguagem e os dados indicam que esse sistema já está presente no dia do nascimento. Para a autora, portanto, nada indica que exista uma idade ideal para o funcionamento da função lingüística, nem que esta idade seja anterior à puberdade.

Contudo, a maioria dos pesquisadores atuais concorda com o fato de que à medida que aumenta a habilidade para o uso da língua materna, diminui a capacidade de se adquirir uma L2. Em outras palavras, a aquisição de uma segunda língua aumenta em dificuldade com o avanço da idade. No entanto, para a aprendizagem da linguagem, os estudiosos, atualmente, preferem falar de períodos sensíveis no lugar de período crítico. Vejamos, a esse respeito, o que dizem Epstein et al. (1996, p.683):

[...] essa mudança na terminologia reflete o sentimento crescente na área de que é improvável que os determinantes biológicos do comportamento e das capacidades cognitivas, sejam quais forem, tornem-se, totalmente, indisponíveis depois de uma certa idade. As evidências sugerem antes que durante certos períodos de desenvolvimento, certos organismos tendem a ter uma sensibilidade maior para certos estímulos do meio e, portanto, desfrutam de uma situação ideal para um certo comportamento ou uma certa capacidade. É possível que alguma coisa parecida valha, também, para a aquisição de línguas.

Quando se trata de aquisição de língua materna, as evidências que favorecem a hipótese de períodos sensíveis estão relacionadas aos casos de crianças selvagens ou oriundas de lares de pais psicóticos, que foram privadas, completamente, do convívio social e, portanto, dos DLPs, e que só foram encontradas depois da puberdade.

Como exemplo, pode-se citar o caso de *Genie* (PINKER, 1994), encontrada num subúrbio de Los Angeles, em 1970, aos treze anos e meio de idade. Ela não conseguiu dominar por completo a gramática do inglês

mesmo depois de um treinamento intensivo. A perda da habilidade para a aquisição de uma gramática plena pode estar relacionada ao fato de Genie não ter tido a oportunidade de desenvolver a gramática da sua L1. Além disso, o *input* a que teve acesso foi instrucional e, portanto, não se pode considerar que houve aprendizagem por imersão, como acontece com crianças pequenas quando da aquisição de uma língua materna.

A hipótese da diferença fundamental de Bley Vroman (1990) propõe que o adulto, ainda que prejudicado pela ausência de GU ou dos mecanismos de aprendizagem específicos para a linguagem, pode compensar os efeitos do período crítico através dos conhecimentos que tem da L1 e também das habilidades cognitivas gerais que possui. Dessa perspectiva, a aquisição de uma L2 por adultos deve ser entendida como uma imitação do processo original, estimulada pela motivação e aprimorada por instruções explícitas e evidências negativas.

Para Kato (2003) existe uma idade crítica apenas no nível prosódico e fonológico, mas não no nível sintático. Argumenta que quando a aquisição se dá por imersão, ou seja, se o *input* é natural, robusto e não-ordenado, não há diferença entre a aquisição de L1 e de L2, pelo menos no nível sintático. Essa é também a posição que adotaremos no presente trabalho.

A autora defende a hipótese de que os parâmetros relacionados à prosódia começam a ser fixados antes daqueles relacionados à fonologia e que os parâmetros morfossintáticos são fixados por último. Assim, aprendizes de L2 podem ser sintaticamente competentes e, ainda assim, apresentar “problemas” de ordem prosódica e fonológica. Se o aprendiz começar a aquisição antes do período crítico para a fonologia, ele pode adquirir competência fonológica e sintática, mas não competência prosódica. Essa hipótese também prevê, segundo Kato, que nenhum

aprendiz de L2 poderá exibir competência prosódica e fonológica e não exibir competência sintática⁵⁴.

Há evidências de que as gramáticas da interlíngua de aprendizes de L2 cumprem certas restrições da GU que não são encontradas no *input* e, também, não são derivadas da L1 (cf., por ex., ZOBL, 1989). Isso significa dizer que a GU, de alguma forma, tem influência na construção dessas gramáticas. Portanto, a hipótese do acesso nulo não se justifica.

3.2.3 Hipótese do acesso total

De acordo com a hipótese *Full Transfer/Full Access* (SCHWARTZ e SPROUSE, 1994, 1996), o estado inicial na aquisição de L2 é o estado final da gramática da L1. Na visão desses autores, toda a gramática de L1, incluindo as projeções funcionais especificadas nessa língua, está presente no estágio inicial da aquisição de L2, sendo o desenvolvimento subsequente de L2 determinado em parte pelo *input* em parte pelo estado inicial, em parte pela GU.

Segundo esse modelo, os valores dos parâmetros presentes na gramática de L1 passam, imediatamente, a constituir o estado inicial de um novo sistema gramatical, a partir da primeira exposição aos dados do *input* da língua. De acordo com essa hipótese, portanto, o aprendiz começa com os valores de L1 e os generaliza para L2, havendo, pois, “transferência total” até que os dados do *input* o forcem a algum tipo de reestruturação da gramática do estado inicial. Nessa fase, o aprendiz tem acesso às opções não instanciadas na L1, incluindo novos valores paramétricos, categorias funcionais e valores de traços. Em vista disso, as gramáticas da

⁵⁴ Essa hipótese explicaria, segundo a autora, o fato de a concordância de gênero no PB não ser para ela um processo automático, e sua prosódia mostrar resíduos do japonês, sua língua materna. No primeiro caso, ela sugere ter iniciado a aquisição do PB depois de um determinado estágio de aquisição fonológica em que a concordância é processada. No segundo caso, ela sugere ter pulado o estágio de aquisição prosódico quando iniciou, aos seis anos de idade, a aquisição do PB.

interlíngua são constringidas por GU, donde se explica o termo ‘acesso total’.

A Hipótese *Full Access* tem como proponentes Flynn e Martohardjono (1994), Flynn (1996) e Epstein et al (1996). Segundo Epstein *et al*, a gramática da interlíngua, ao contrário do que propõem Schwartz e Sprouse (1994, 1996), é constringida pela GU em todos os estágios de aquisição. Isso significa que a GU continua acessível para a aquisição de segunda língua. Entretanto, os autores não aceitam a possibilidade de que a gramática da L1 possa representar o estado inicial da gramática da L2. Propõem que aprendizes de L2 são capazes de construir gramáticas, incorporando parâmetros que não são instanciados na gramática de L1. Isso acontece, segundo os autores, através dos princípios e parâmetros da GU que estão disponíveis ao aprendiz de L2 da mesma forma que se encontram disponíveis quando da aquisição de L1.

3.2.4 Hipótese do acesso parcial

Vainikka e Young-Scholten (1994, 1996), com a hipótese *Minimal Trees*, também propõem que o estado inicial de L2 é o estado estável da gramática de L1. Mas, diferentemente da proposta de Schwartz e Sprouse, apenas parte da gramática de L1 é considerada como constituindo o estado inicial de L2. As autoras adotam a abordagem da continuidade fraca e argumentam que apenas categorias lexicais são transferidas da gramática de L1 quando da aquisição de uma L2.

Propõem que a gramática inicial de L2 é incompleta no que se refere às categorias funcionais (RADFORD, 1990; CLAHSSEN et al., 1996). Com base nessa abordagem, a projeção clausal inicial, na aquisição de L2, é apenas um VP, com o sujeito em *Spec* de VP. O desenvolvimento subsequente envolve a criação de projeções funcionais a partir da

aquisição de itens lexicais que instanciam essas projeções. Para esses autores, portanto, as gramáticas iniciais contêm apenas as categorias lexicais e as projeções a elas associadas (NP, VP, PP, AP). A emergência das projeções funcionais (IP, CP, e DP) é gradual e desencadeada pelo *input*.

Vainikka e Young-Scholten (1996) postulam um estágio inicial sem categorias funcionais tanto para aprendizes de L1 como para aprendizes de L2. Afirmando que apenas categorias lexicais estão presentes nos primeiros estágios de aquisição de L2, e que durante a aquisição as projeções funcionais se desenvolvem sucessivamente com base no *input* da L2. Além disso, propõem que haverá transferência das propriedades das categorias lexicais da L1 para a L2 que está sendo adquirida⁵⁵. O desenvolvimento das projeções funcionais acontece posteriormente, através da interação da Teoria X' com os dados do *input*. Concluem, então, que o estado inicial na aquisição da L2 não equivale ao conhecimento total da L1.

Eubank, (1993/1994, 1994a, 1996), propõe, a partir da hipótese *Valueless Features/Underspecification*, que o estado inicial de L2 compreende toda a gramática de L1 exceto pelos valores dos traços dos núcleos funcionais. O desenvolvimento subsequente envolve a aquisição da morfologia flexional que define os valores apropriados para a L2.

Propõe que todas as categorias instanciadas na L1 são inicialmente transferidas para a gramática de L2, mas que as especificações particulares das categorias funcionais de L1 são neutralizadas. Isso significa que toda e qualquer categoria funcional presente na gramática de L1 estará também presente na gramática inicial

⁵⁵ Analisando dados de adultos falantes de coreano, turco, italiano e espanhol, adquirindo alemão como L2, Vainikka & Young-Scholten propõem que esses aprendizes transferem para o alemão os VPs de sua L1. Os falantes do coreano e do turco transferem o VP de núcleo final e os falantes de italiano e espanhol primeiro transferem o VP de núcleo inicial e depois, com base nos dados do *input* a que estão expostos, mudam para a posição correta de núcleo final do alemão. Argumentam que, embora as projeções funcionais em turco e coreano sejam de núcleo final e em italiano e espanhol, de núcleo inicial, todos os quatro grupos de aprendizes apresentam, subsequentemente, projeções funcionais com núcleo inicial para o alemão.

de L2, mas elas apenas marcarão posições estruturais sem qualquer especificação particular. Em outras palavras, embora as categorias funcionais estejam disponíveis, os valores dos traços não estão. Isto significa que a força dos traços não é transferida. No estado inicial, portanto, os traços não são nem fortes nem fracos, mas destituídos de valor ou inertes.

Meisel (2000), mudando sua posição anterior, passa a advogar a tese do acesso indireto. Para ele, portanto, a GU formata o conhecimento gramatical da L2, pelo menos em parte, ou seja, prevê-se que aprendizes de L2 têm acesso indireto à GU via gramática de L1.

Dada a hipótese de que o aprendiz de L2 pode ter acesso aos aspectos mais importantes da GU – adquirir um novo valor para um parâmetro dado ou categorias funcionais adicionais, por exemplo – e que a projeção mínima⁵⁶ é uma opção possível tanto na gramática inicial de L2 como na de L1, não vemos razões para se adotar a abordagem da continuidade fraca com as hipóteses *Minimal Trees* (VAINIKKA e YOUNG-SCHOLTEN) e *Valueless Features* (EUBANK). Essas duas propostas sofrem influência de hipóteses sobre aquisição de L1: *Minimal Tree* é influenciada pela hipótese da Continuidade Fraca, e *Valueless Features*, pela hipótese de que os traços das categorias funcionais podem estar subespecificados na aquisição de L1 (WEXLER, 1994).

3.3 Evidência de GU e/ou da L1 na aquisição de L2

Vários pesquisadores propuseram a hipótese da ‘não-remarcação de parâmetro’, segundo a qual aprendizes de L2 têm acesso aos princípios

⁵⁶ Grimshaw (1994, p.76) propõe um princípio de Projeção Mínima segundo o qual as projeções são legitimadas apenas quando são motivadas. Ela sugere, por exemplo, que CP só é projetado quando necessário (como no caso de movimento – qu), caso contrário, a projeção de IP é suficiente para uma sentença declarativa.

da GU, mas não podem remarcar parâmetros (CLAHSEN e MUYSKEN 1989; LICERAS et al. 1998; TSIMPLI e ROUSSOU 1991; MEISEL 2000, entre outros)⁵⁷. Alguns pesquisadores (SCHWARTZ e SPROUSE, 1996; WHITE 1985b, 1989, por exemplo) argumentam que os valores de L1 prevalecem inicialmente, com a possibilidade de aquisição de outros valores subsequente. Outros propuseram que os valores de L2 são adquiridos sem a necessidade da adoção dos valores de L1 (EPSTEIN, FLYNN e MARTOHARDJONO, 1996; FLYNN, 1987).

Vários estudos de aquisição de inglês como segunda língua por falantes nativos de japonês (FLYNN, 1987; 1991) sustentam a hipótese de que aprendizes de L2 são capazes de atribuir novos valores paramétricos no processo de construção da gramática de sua L2 quando os valores dos parâmetros de L1 e de L2 não coincidem.

Nota-se, portanto, a importância de se pesquisar a aquisição de sujeitos cuja L1 tem marcação distinta da L2.

Embora L1 possa ter alguma influência na produção de L2, o processo de aquisição de L2 por um adulto pode ser considerado semelhante ao processo de aquisição de L1 por uma criança. De acordo com White (1985b), o problema para a aquisição de segunda língua é virtualmente o mesmo problema enfrentado pela criança para a aquisição de primeira língua. O aprendiz de L2 eventualmente adquire a língua apesar da limitação dos dados. Esses dados não consistem apenas de sentenças completas ou bem formadas, mas, freqüentemente, de sentenças simplificadas e, além disso, não são suficientemente informativas sobre as complexidades de L2. Contudo, a autora propõe que

⁵⁷ Liceras e Diaz (1999) propõem que falantes adultos não-nativos (falantes de inglês, francês, alemão, chinês e japonês aprendendo espanhol como L2) não marcam a opção [+pro-drop] do espanhol do parâmetro pro-drop uma vez que não são sensíveis aos traços abstratos [+/- fortes] das categorias funcionais. Segundo as autoras, o que esses aprendizes fazem, na verdade, é reestruturar a representação gramatical da L1 e identificar sujeitos nulos do espanhol através das marcas de pessoa do verbo, dos pronomes sujeito ou tópicos nulos.

o aprendiz de L2 deve ter alguma intuição sobre o que é gramatical ou não em sua segunda língua.

White (1985a), a partir de um estudo envolvendo falantes nativos de espanhol aprendendo inglês, procurou investigar se a GU está presente na aquisição de L2 e, em caso afirmativo, se a L1 interfere na forma como a GU opera na L2. Considerando que o espanhol é uma língua que permite sujeitos nulos e que no caso do inglês os sujeitos precisam ser realizados, White procurou observar se falantes de espanhol seriam capazes de perceber, com base nos dados do inglês, que o inglês não é uma língua de sujeito nulo, ou se eles iriam supor, pelo menos inicialmente, que inglês é como espanhol, com relação a esse parâmetro.

Os sujeitos da sua pesquisa deveriam fazer julgamentos de gramaticalidade de várias sentenças em inglês, incluindo algumas com características *pro-drop*, o que tornaria essas sentenças em inglês, agramaticais. Os falantes de espanhol consideraram gramaticais grande parte dessas sentenças. A conclusão a que ela chegou é que a remarcação do parâmetro da L1 para a L2 causa problemas que levam a erros de transferência. Portanto, os dados da sua pesquisa desconfirmam a hipótese de que a GU pode interagir diretamente com os dados da L2, independente da experiência de L1.

Esse procedimento, no entanto, não poderia ser aplicado para o sujeito nulo do PB, já que o nulo existe principalmente na língua escrita, da qual o falante tem muito mais consciência do que da fala.

Phinney (1987) analisou produções de estudantes espanhóis adquirindo inglês como segunda língua. Ela examinou a omissão de sujeitos pronominais em contextos onde estes são obrigatórios em inglês. Os dados da sua pesquisa indicam que a remarcação do parâmetro do espanhol para o inglês é mais difícil do que do inglês para o espanhol. Segundo a autora, quando a L1 (nesse caso, o espanhol) utiliza um valor

não marcado de um determinado parâmetro (aqui, o parâmetro *pro-drop*), é mais difícil e mais demorado para se adquirir competência numa L2 (nesse caso, o inglês) que utiliza o valor marcado.

Flynn (1987) também estuda a acessibilidade de GU por adultos aprendizes de L2. Ela argumenta que a GU não faz previsões explícitas sobre a aquisição de L2, mas que se a GU caracteriza uma faculdade de linguagem, biologicamente determinada e necessária para a aquisição de uma L1, então parece bastante razoável supor que, de alguma forma, GU também determina a aquisição de L2.

Ela diz ainda que, considerando que a faculdade de linguagem não muda substancialmente com o tempo, os princípios e parâmetros que determinam a aquisição de L1 poderiam também ser considerados no processo de aquisição de L2 por adultos. Flynn propõe para a aquisição de L2 a Hipótese de Marcação de Parâmetros cujo ponto central é a afirmação de que a aquisição de L2 por adultos e a aquisição de L1 por crianças são processos constrangidos pelos princípios e parâmetros da GU. Embora a autora não negue que a L1 previamente adquirida possa, de alguma forma, influenciar a aquisição de L2, ela não considera essa influência como sendo uma estratégia de transferência das regras da L1 para a gramática da L2 que está sendo adquirida.

3.4 A teoria do construcionismo

Incorporando elementos dos modelos a) *Full Transfer/Full Access*, b) *Minimal Trees* e c) *Underspecification*, Herschensohn (2000) propõe como modelo de aquisição de segunda língua o *Constructionism*. Nesse modelo Herschensohn incorpora o conceito básico do Programa Minimalista de que a sintaxe é invariável entre as línguas; e de que a variação interlingüística é fruto da morfologia e do léxico.

Considera a aquisição de L2 como um processo que envolve a aquisição de construções morfolexicais que se desenvolvem de forma gradativa e inclui três estágios. O primeiro consiste da gramática de L1 com um número limitado de itens lexicais de L2. No segundo estágio, o aprendiz começa a adquirir os traços e os parâmetros de L2. Este estágio é caracterizado pela variabilidade porque os traços das categorias funcionais são inicialmente subespecificados, o que resulta em opcionalidade; e porque os valores dos parâmetros de L2 são adquiridos de forma gradativa e algumas vezes de forma incompleta. As gramáticas intermediárias são reestruturadas devido à incompatibilidade com os dados do *input* e são constrangidas por GU. O terceiro e último estágio, o estado final, envolve a refixação de parâmetro para o valor de L2 e completa especificação dos traços.

Herschensohn vê a aquisição de L1 e L2 como processos diferentes, argumentando que aprendizes de L2 têm acesso à forma de GU, isto é, restrições sobre as formas que as possíveis gramáticas podem tomar, mas que não têm acesso ao que ela chama de estratégia de GU. Segundo ela, enquanto a aquisição de L1 é caracterizada pela fixação de parâmetros e todos os fenômenos sintáticos a eles relacionados sem nenhum esforço, inevitabilidade e completude, as gramáticas da interlíngua são variáveis, e a aquisição de L2 é incompleta.

De acordo com a autora, a falta de sucesso na aquisição de L2 é devida à falta de acesso à estratégia de GU, ou seja, falta de espontaneidade e completude pós-idade crítica na aquisição, e também controle incompleto do léxico particular da língua que faz interface com a sintaxe através da morfologia. Outra razão para o não-sucesso na aquisição de L2 é, segundo a autora, a influência da L1.

3.5 A teoria do bilingüismo universal

Roeper (1999) propõe a teoria do Bilingüismo Universal. De acordo com essa teoria, somos todos potencialmente bilingües, ou seja, podemos ter duas gramáticas: uma com os parâmetros selecionados no valor (+) = G1 e outra no valor (-) = G2. Se o falante usa a G1 e a G2 como gramáticas nucleares distintas, então ele é considerado como bilingüe *stricto sensu*.

Outro tipo de bilingüe previsto pela teoria diz respeito ao bilingüe latente. Segundo o autor, a gramática universal define um conjunto de representações *default* que todos os falantes possuem e que ele denomina de *Minimal Default Grammar* (MDG). As estruturas da MDG refletem princípios de economia, no sentido de que elas projetam menos do que as gramáticas particulares.

Usando dados de aquisição de inglês como língua materna, o autor mostra que a alternância de formas como, por exemplo, “I want” e “me want” pode ser explicada com base na sua teoria do bilingüismo: a criança tem duas gramáticas, uma com concordância e outra sem concordância.

G1: TP = +/- Tense, +/- Agr

G2: TP = +/- Tense

Nesse caso, a G2 representaria a gramática *default* ou MDG.

Referindo-se à economia de representação, o autor chama a atenção para o fato de que nenhum *input* regular justificaria a expressão “me want,” ou a G2 (mencionada acima). Ela é considerada uma expressão espontânea derivada do conhecimento inato da GU. Em vista disso, o autor argumenta que as duas gramáticas não são iguais: G2 segue a

economia de representação, uma nova perspectiva desenvolvida por Chomsky, (1995), sobre o que restringe as gramáticas possíveis. Num sentido amplo, pode-se dizer que economia favorece menos estrutura e movimentos mais curtos. O autor argumenta que as representações do tipo “me want” podem ser geradas diretamente na GU onde o pronome recebe caso *default*.

A idéia do *default*, como salienta Kato (2005) não é nova entre os psicolingüistas que trabalham com aquisição de L1. Eles sugerem que o parâmetro é re-fixado se a língua meta não se conforma com o valor inicial. Para Roeper, no entanto, a MDG deve continuar latente mesmo tendo sido descartada, o que significa que essa gramática poderá ser selecionada quando da aquisição de uma nova gramática.

O interesse da proposta de Roeper, segundo Kato (2005), é que ela, além de poder ser interpretada como uma hipótese de acesso total, pode ser interpretada também como uma hipótese de acesso indireto à GU através da periferia marcada. Essa é também a proposta que assumiremos nesse estudo.

Assim, nossas hipóteses para a aquisição da sintaxe de uma L2 por adultos em situação de imersão são apresentadas a seguir:

1) A acessibilidade à GU deverá ocorrer de duas formas: acesso indireto através da L1 ou acesso direto através da gramática *default*.

2) O acesso indireto à GU deverá ocorrer toda vez que o valor do parâmetro for o mesmo para L1 e L2. Nesse caso, a L1 constituirá o estado inicial para a L2.

3) O acesso direto à GU ocorrerá nos casos em que o valor paramétrico da L1 divergir daquele da L2. Nesse caso, o valor *default* do parâmetro em questão constituirá o estado inicial.

Os resultados obtidos a partir da análise dos dados que compõem este estudo deverão indicar se as hipóteses apresentadas acima podem ser ou não confirmadas.

Em 4, **Descrição e Análise dos Dados**, a seguir, passaremos à análise dos dados. Basearemos a nossa análise na tese do Bilingüismo Universal mostrando que os sujeitos da pesquisa apresentam diferentes tipos de bilingüismo nas três fases de aquisição (inicial, intermediária e avançada).